

RECUPERAÇÃO DOS CAFEZAIS PAULISTAS

José Alcindo RITTES
(Engenheiro-agrônomo)

A constante e perigosa queda da produtividade dos cafezais paulistas leva de início ao pensamento de que é urgente a recuperação das lavouras, agravado o problema pela necessidade inadiável de se baratear a produção, como primeira providência no sentido de garantir a posse e o alargamento dos mercados do café brasileiro. Além de inúmeras outras razões que mostram a conveniência de estabilizar a lavoura cafeeira de São Paulo há, a nosso ver, uma que tem sido subestimada, e que incide muito diretamente sobre a economia do país. É a que diz respeito ao desuso em que caem a organização e construções das propriedades (terreiros, tulhas, máquinas, casas de colônia, mangueirões para produção de estêreo, estradas de acesso a talhões abandonados, etc.), com a marcha incessante da lavoura cafeeira em busca de terras virgens. O abandono ou o subaproveitamento de toda uma organização cara constitui onus pesado para a cafeicultura, se a observarmos englobadamente, como um todo nacional.

Na recuperação das lavouras cafeeiras deve-se considerar essa faceta do problema, e fazê-lo mesmo em função dela. Advogamos aqui para a expressão "recuperação da lavoura cafeeira" uma significação mais ampla que a que se lhe atribui comumente de melhorar a produtividade dos talhões já existentes.

CAMINHOS PARA A RECUPERAÇÃO

Por recuperação julgamos ser importante compreender dois caminhos a seguir, conforme as condições oferecidas por propriedade:

- 1) Providências no sentido de elevar a média de produção dos talhões, adotando-se um regime de replantes, tratamentos culturais e adubações.
 - 2) Substituição parcelada e anual dos talhões, o que poderá ser chamado de "renovação da lavoura".
- É claro que as duas providências podem ser associadas para uma mesma propriedade.

ESCOLHA DO CAMINHO

O ponto crucial da questão está em escolher a solução a adotar, para que se não faça uma aplicação antieconômica de recursos em cafezais por demais depauperados e não se correm cafezais ainda muito produtivos e econômicos. A referência mais segura para uma solução acertada será o estudo do registro da produção de cada talhão, num espaço de no mínimo 4 anos, mas como a existência de registro nas fazendas constitui exceção, o caminho a seguir será escolhido pela observação dos velhos talhões, considerando-se a planta e sua idade, as falhas e outras características em conjunto.

PRIMEIRO CAMINHO

Para o caso de se concluir que se deve somente replantar, adubar e melhorar os tratamentos culturais, dificuldades acientadamente menores surgirão de parte do lavrador pois as medidas aventadas, menos radical, mais comodas, encontrarão menor resistência para a sua execução, e já têm sido realizadas em boa escala, com êxito.

SEGUNDO CAMINHO

Acreditamos, porém, que para vastas regiões de São Paulo, em aproximadamente 80% dos casos, a solução a indicar será a mais radical. Para uma média paulista de produção baixíssima, inferior a 20 sacos em coco por mil pés, todas as lavouras de produção inferior à média serão condenadas à renovação, além de muitas outras de produção superior.

O problema aqui se complica, pois será em maior grau a resistência do lavrador. Essa resistência não é, entretanto, descabida e tem explicado no dispêndio financeiro avultado que a solução preconizada exige. Uma política sábia de financiamentos para essa iniciativa — e esse financiamento deve interessar sobremaneira ao Banco do Brasil — possibilitará a renovação dessas lavouras quase improdutivas.

Entrando propriamente nas considerações da renovação das lavouras, querem frisar mais uma vez o nosso ponto de vista de que deve ser feita em função da organização já existente nas fazendas. Somos de parecer que não deve haver preocupação em diminuir ou aumentar o número de cafeeiros. Deve-se, somente, visar à produção máxima por alqueire de terra, para que o total da colheita atenda à capacidade das instalações da fazenda e não a ultrapasse. Vejamos um exemplo mais concreto.

CARACTERÍSTICAS DE PROPRIEDADE A RECUPERAR

Há centenas de propriedades em São Paulo com média de produção inferior a 20 sacos em coco por mil pés. Teremos uma com 100 mil pés de variedade Nacional, com a produção média de 20 sacos. Esse cafezal está plantado a 16 palmos, em quadrado, ou seja a um espaçamento de 3 m 52 x 3 m 52, cada planta ocupando 12,40 m². Num alqueire teremos, descontados corredores, etc., 1.750 covas. O sistema de plantio em quadrado facilitará a erodibilidade do solo. Haverá falhas em profusão. A propriedade, como sói acontecer, estará toda tomada pelo cafezal, que ocupa 57 alqueires. A área total da fazenda será, em hipótese, de 65 alqueires.

A fazenda configurada acima deve proporcionar além do baixo rendimento, uma vida de íntimo padrão ao trabalhador rural, pois só pode pagar mal e não tem área para a produção de gêneros de subsistência, que devem ser adquiridos no comércio. Em geral, toda uma região é tomada por fazendas desse molde, o que agrava o problema.

Aqui, só há um caminho a seguir: renovar todo o cafezal, nitidamente antieconômico, e fazê-lo parceladamente. Não serve, no entanto, a solução simplista da substituição anual de 10% da lavoura, que se completará em 10 anos.

A fazenda em pauta produz 2 mil sacos em coco por ano e seu terreno, construído de acordo com o resto da organização, tem uma área de 3.300 m², comportando, portanto, 6 mil sacos em coco para a região em que está construído, na qual a secagem dura, aproximadamente, 10 dias. A partir desta capacidade para os anos de safra grande, será planejado o novo cafezal.